

## editorial

Não serão poucas as batalhas para o feminismo... Continuamos empenhadas na luta por uma outra globalização, e sendo assim, atuamos na campanha contra a Área de Livre Comércio das Américas, nas ações contra as guerras, contra a OMC, os transgênicos. Continuaremos empenhando nossas energias e força para alcançar um outro mundo possível, sem machismo, sem preconceito.

No Brasil, podemos dizer que a vida das mulheres não melhorou: continuamos sofrendo com a discriminação no mercado de trabalho, ficamos mais tempo desempregadas do que os homens, e a violência sexista não diminuiu.

São esses, entre outros aspectos, que fazem com que não concordemos com o novo valor do Salário Mínimo, pois sabemos que para mudar a vida de cada uma das brasileiras o governo Lula precisará mudar de rumo. Precisarás sedimentar um novo projeto nacional, voltado para o crescimento interno e o desenvolvimento sustentável, que busque acabar com a desigualdade reinante em nosso país.

Paralelamente aos debates econômicos urgentes, neste próximo período também estaremos envolvidas com a I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres, com a campanha pelo direito ao trabalho, organizada pela Coordenação de Movimentos Sociais, e com os preparativos para o Fórum Social Mundial 2005.

*As Semprevivas*



Eduardo Krapp

As novas escravas da moda estão bem longe das passarelas

## Nos porões das passarelas

Por Rita Freire

Promessas cercam, há anos, o universo da moda e da produção de tecidos. O glamour dos desfiles e a chance rara de ascensão social com a carreira de modelo são apenas a parte mais cintilante desta fantasia. Jornais e revistas encheram-se de anúncios de *griffes* famosas. Em busca do consumidor comum, elas lançam novas coleções em ritmo frenético. As marcas que se dirigem às massas imitam os tecidos e padrões inovadores apresentados nas passarelas. Todo mundo terá, algum dia, o direito de se vestir de acordo com a tendência mais recente.

A “democracia” transborda do consumo para a produção. Em 2005 expirará o Acordo para Têxteis e Con-

fecções, que garantia aos países ricos o direito de resguardar sua produção nacional contra importações baratas. Amparado pela Organização Mundial do Comércio, o Sul planeja vender seus tecidos sem barreiras. Tudo isso indica que, apesar de suas injustiças, a globalização neoliberal abre novas janelas de oportunidade para os que acompanham o seu dinamismo, certo?

*Errado*, respondem dois relatórios da Oxfam. Os textos fazem uma radiografia dos estragos produzidos no mundo do trabalho quando entram em vigor as leis da “livre” circulação de mercadorias, e da “flexibilização” dos direitos. Um deles (“Moda que aperta”) diseca o caso concreto da poderosa indústria do ves-

tuário na Espanha. Demonstra como ela promove concorrência feroz entre os trabalhadores e os força a aceitar salários e direitos cada vez mais aviltados. As primeiras vítimas são os assalariados dos países pobres (no caso, o Marrocos). Mas em pouco tempo o bumerangue volta-se contra a própria Espanha – atingindo em especial imigrantes e mulheres.

O documento relata jornadas de 16 horas, operários morando nas fábricas e sem direito a férias, demissões no caso de doenças. Combate, em especial, a idéia de que reduzir custos de produção é, sempre, um objetivo a ser perseguido. Demonstra que, segundo as normas atuais da globalização, este processo serve para submeter os assalariados a uma pergunta fatal: *Quem aceita trabalhar mais por menos?*

### “Promoções imperdíveis”?

As novas escravas da moda, mostram os documentos, estão bem longe das passarelas. Anônimas, têm sido responsáveis por manter o ritmo “olímpico” de produção da indústria têxtil e de confecções. São pessoas como Nong, costureira da Tailândia que, aos 26 anos, tem medo de ter filhos. Sua jornada de trabalho não deixa brechas para pensar em vida pessoal. É recheada de horas extras que se estendem até meia noite, costurando lingerie para cumprir os prazos cada vez mais apertados da *griffe Victoria's Secret*.

O medo de Zakia, marroquina de 36 anos que costura roupas para empresas espanholas como a rede *El Corte Inglés*, é ficar doente e precisar faltar ao trabalho. Já aconteceu e ela sabe as conseqüências. “Levei ao meu chefe um atestado médico. Recebi uma advertência por escrito”, recorda.

Longe das vistas do público consumidor, mulheres como Nong e Zakia e centenas ouvidas pela Oxfam ocupam um lugar estratégico nas novas regras de mercado adotadas pelo setor: quem



Victoria's Secret, representada no jogo de baralho contra a OMC, lançado pela CorpWatch

produz mais rápido e mais barato tem lugar nas vitrines. São elas que dão a mais aquilo que as empresas transformam em preços competitivos, promoções “imperdíveis” e alta rotatividade das coleções.

### Griffes famosas, trabalho precário

O informe “Moda que aperta” focaliza diretamente o setor liderado pelas espanholas Inditex, Mango, Cortefiel e Induyco e que emprega, em condições precárias, grande quantidade de mulheres imigrantes. Só as marroquinas residentes na Espanha representam 70% da sua mão-de-obra. Mas as costureiras do Marrocos também participam, sem sair de seu país, da cadeia de produção globalizada que abastece essas corporações.

*El Corte Inglés*, por exemplo, compra roupas do grupo Induyco, que utiliza fornecedores marroquinos. Para alimentar as promoções, o grupo já chegou a dar prazo de cinco dias para os fabricantes renovarem as entregas. A charmosa e mundialmente conhecida marca *Zara* renova suas vitrines a cada 20 dias. Para isso, é uma das campeãs em prazos curtos ditados ao grupo que a abastece (Inditex), que repassa as ordens aos fornecedores e finalmente às costureiras. De modo geral, as empresas que atendem diretamente o mercado con-

sumidor reduziram em 30% os prazos de entrega nos últimos anos.

As empresas investigadas na Espanha têm códigos de ética determinando nos contratos que os fornecedores devem tratar seus sub-contratados de forma digna. Mas quando atuam na prática, valem as vistas grossas. O diretor geral da Oxfam, Ignasi Carreras, observa que essas empresas estabelecem “condições comerciais tão exigentes” que se torna impossível respeitar os códigos. Citadas diretamente, Inditex, Mango e Cortefiel, prometem pensar melhor no assunto. Mas a tendência ao aperto contratual vem se generalizando.

### Por trás da super-exploração, OMC e Banco Mundial

Sob inspiração deste modelo criaram-se, nos últimos vinte anos, todas as “liberdades” requeridas pelas grandes corporações para impor a redução de custos. A OMC e os blocos regionais e multilaterais de comércio estão entre os protagonistas principais deste movimento. Sob seu manto escondem-se, por exemplo, as leis de patentes, que ampliaram o controle das grandes corporações sobre os mercados, e os acordos que outorgam “direitos” especiais aos investidores, livrando-os juridicamente do risco de serem processados pelos governos por abusos.

Ao entrar nesses países, as corporações encontram um terreno fértil para se abastecer. “É evidente que os grupos sociais vulneráveis precisam desesperadamente trabalhar para sair da pobreza e da desigualdade”, observa a organização. Tirando proveito desse desespero, as empresas ditam as regras e, em vez de ajudar, pioram o cenário de vulnerabilidade. O mesmo se repete nos países ricos, onde há grupos vulneráveis como os imigrantes, sem os mesmos direitos trabalhistas dos nacionais.

## 28 de maio - Dia Internacional de Ação pela Saúde da Mulher

As mulheres têm direito à saúde, que inclui o acesso físico e social aos serviços de saúde, assim como “a facilitação às condições” essenciais para que as mulheres possam desfrutar de uma boa saúde. As políticas internacionais e nacionais que conduzem a uma maior pobreza das populações e a uma crescente desigualdade entre ricos e pobres, homens e mulheres, têm um impacto direto na vida das mulheres. O direito das mulheres à saúde não pode ser coberto se os direitos sexuais e reprodutivos não são alcançados. É tempo de os governos assumirem a responsabilidade pela saúde das mulheres.

Em 28 de maio de 2003 a Rede Mundial de Mulheres pelos Direitos Reprodutivos (RMMDR) lançou a Campanha pelo Acesso da Mulher à Saúde (CAMS), em colaboração com o Movimento pela Saúde dos Povos (MSP). Esta campanha tem como objetivo mobilizar grupos de mulheres, de saúde, de jovens, assim como outros movimentos sociais preocupados com a deterioração da saúde das mulheres ao redor do mundo.

### O que são as reformas do setor de saúde?

As reformas são consequência das políticas neoliberais de instituições internacionais e dos governos. Nas últimas décadas, muitos países aplicaram reformas econômicas estruturais, incluindo saúde e outros setores sociais. Em geral, as reformas introduziram mecanismos de mercado nos serviços de saúde.

Tais reformas procuram sistemas de saúde mais eficientes em termos de custos com uma combinação de repasse dos serviços de saúde do setor público para o privado; descentralização; estabelecimento de mecanismos como cotas aos usuários; introdução de sistemas de seguros de saúde, e as reformas estão acompanhadas de cortes nos orçamentos.

As reformas do setor podem parecer neutras em relação à gênero. Porém, seu impacto nas mulheres, devido à capa-

cidade reprodutiva, sua situação econômica e sócio-cultural, é significativo. Ao diminuir os orçamentos de saúde, muito do trabalho é transferido ao sistema de atenção informal, que depende do trabalho voluntário das mulheres.

### Reformas ameaçam a saúde das mulheres

As reformas na saúde não têm tido os resultados anunciados por seus defensores, seja em termos econômicos como em matéria de acesso e qualidade do serviço. Ao contrário, têm reforçado a visão de que em situações de grandes desigualdades estruturais sócio-econômicas, a aplicação de princípios de mercado reforça a pobreza e a desigualdade e as mulheres são as que mais sofrem com isso.

Como resultado, muitos centros de saúde e clínicas têm sido fechados ou limitado seus serviços. Muitos países estão enfrentando uma redução de equipes médicas qualificadas como resultado das migrações. Em Gana, 12.365 profissionais de saúde, incluindo 11.325 enfermeiras deixaram o país entre 1993 e 2002. No Vietnã, mais de 93% das aldeias tinham suas próprias clínicas e casas de maternidade. Esta porcentagem caiu para 75% desde que os cortes nos orçamentos de saúde foram introduzidos.

### Serviços limitados para as mulheres

Devido às reformas vemos uma queda dos serviços preventivos, já que quando a ganância se converte no objetivo primeiro, o resultado é o desinteresse por fatores causantes de enfermidades no povo. Na China, por exemplo, a privatização dos serviços de saúde prejudicou as atividades de educação para a saúde, assim como os serviços de saúde sexual e reprodutiva, os serviços de aborto, os programas de prevenção da violência e os serviços de saúde sexual para adolescentes.

Os serviços de saúde reprodutiva estão sendo reduzidos à planificação familiar básica ou a programas de controle de população, limitando em grande medida o acesso das mulheres a seus direitos sexuais e reprodutivos. Os abortos inseguros continuam sendo um risco significativo para a saúde, matando mais de 80 mil mulheres a cada ano. Milhares de mulheres necessitam de tratamento como resultado de complicações decorrentes de um aborto inseguro. Todos estes custos podiam ser prevenidos facilmente mediante o oferecimento de serviços de aborto seguros e acessíveis.

Íntegra do Chamado à Ação 2004 em [www.sof.org.br](http://www.sof.org.br)

### Pedimos que:

**1.** Os governos assumam responsabilidades pela saúde das mulheres. A saúde é um direito humano e deve ser garantido pelo Estado. Os direitos sexuais e reprodutivos das mulheres devem estar incluídos em todas as políticas de saúde.

**2.** Os governos desenvolvam políticas com mais sensibilidade de gênero. Os governos devem incluir instrumentos de avaliação de gênero para poder estar alertas sobre o impacto das novas políticas sobre o direito das mulheres à saúde.

**3.** Para permitir e incrementar o aumento nos orçamentos, os países

doadores, o Banco Mundial e o FMI devem anistiar as dívidas dos países em desenvolvimento. As pessoas em primeiro lugar! Não às ganâncias!

**4.** Seja melhorada a qualidade da saúde e dos serviços. Os governos devem implementar um processo - no qual as mulheres devem participar - para monitorar a qualidade dos serviços de saúde.

**5.** A saúde seja reconhecida de uma maneira integral pelos governos, as instituições internacionais, os provedores de saúde e outros - levando em consideração fatores sócio-econômicos e políticos.

## Lélia Abramo: vida dedicada à arte e luta por justiça social

A atriz e militante Lélia Abramo estava internada no Hospital Modelo desde o dia 1º de abril e faleceu, aos 93 anos, na noite do dia 9 de abril. Seu corpo foi velado por familiares e amigos no Teatro Municipal de São Paulo e foi enterrado no cemitério Getsamani, no Morumbi.

Lélia Abramo foi fundadora do Partido dos Trabalhadores (PT) assinando a ata de fundação no Colégio Sion junto com Mário Pedrosa, Manuel da Conceição, Sérgio Buarque de Holanda, Moacir Gadotti e Apolônio de Carvalho.

A atriz atuou em 27 novelas, 14 filmes e 20 peças de teatro. Sua estréia nos palcos em 1958 na peça *Eles não Usam*

*Black-Tie*, de Guarnieri, sob direção de José Renato, uma montagem histórica do Teatro de Arena, valeu-lhe vários prêmios, entre eles o Saci, promovido pelo jornal *O Estado de São Paulo*.

Como Lélia não se separava da vida política, atuou também como presidente do Sindicato dos Artistas, o que ocasionou sua expulsão da TV Globo.

A vida de Lélia Abramo está autobiografada no livro "Vida e Arte", da Editora Fundação Perseu Abramo. No livro de memórias ela conta como foi sua estadia forçada na Itália durante a 2ª Guerra Mundial, sua atuação em momentos significativos da história brasileira como Ditadura Militar e a campanha pelas Diretas Já.

## o que rola

### Políticas para as Mulheres: um desafio para a igualdade numa perspectiva de gênero

A I Conferência Nacional de Políticas para as Mulheres (I CNPM) é uma realização da Secretaria Especial de Políticas para as Mulheres (SPM) e do Conselho Nacional dos Direitos da Mulher (CNDM) e ocorrerá de 15 a 17 de julho de 2004, em Brasília.

O processo de realização da Conferência deverá envolver as três instâncias de governo: federal, estaduais e municipais, além de proporcionar a participação ampla e democrática de vários segmentos da sociedade civil, em especial os movimentos feministas e de mulheres.

As Comissões Organizadoras das Conferências Estaduais deverão informar à Comissão Organizadora da Conferência Nacional, por ofício, a data e o

local de realização da Conferência Estadual, a relação das (os) integrantes da Comissão Organizadora Estadual, o segmento que representam, cópia do decreto de convocação e Regimento Interno.

Nos próximos dias as Comissões Organizadoras das Conferências Estaduais estarão recebendo as fichas de pré-inscrição para serem preenchidas pelas (os) delegadas (os) e suplentes à Conferência Nacional.

A Comissão Organizadora da Conferência Nacional se reunirá no dia 4 de maio e com o Conselho Nacional dos Direitos da Mulher no dia 5 de maio. As duas reuniões, que ocorrerão em Brasília, terão como tema central os preparativos da Conferência.

#### CONSELHO EDITORIAL

Andréa Butto, Francisca Rocicleide da Silva (Roci), Helena Bonumá, Ivete Garcia, Maria Amélia de Almeida Teles (Amelinha), Maria Ednalva Bezerra de Lima, Maria Emília Lisboa Pacheco, Maria de Fátima da Costa, Maria Otilia Bocchini, Martha de la Fuente, Mary Garcia Castro, Matilde Ribeiro, Raimunda Celestino Macena e Tatau Godinho.

A Folha Feminista, ISSN 1516-8042, é um boletim da SOF na luta feminista. Este número tem apoio financeiro de EED.

#### EQUIPE EDITORIAL

**Diretora Responsável:** Nalu Faria  
**Editora:** Fernanda Estima (Mtb 25.075)  
**Projeto Gráfico:** Alexandre Bessa  
**Diagramação:** Márcia Helena Ramos  
**Fotolito:** Input  
**Impressão:** RWC Artes Gráficas  
**Tiragem:** 1.500 exemplares  
**Número avulso:** R\$1,50

**Assinatura anual (10 números):** R\$15,00

Rua Ministro Costa e Silva, 36, Pinheiros  
 05417-080 - São Paulo / SP  
 Tel/fax: 3819-3876  
 Correio Eletrônico: [sof@sof.org.br](mailto:sof@sof.org.br)  
 Página na internet:  
<http://www.sof.org.br>

## próximos números

- MILHÕES PELO DIREITO AO ABORTO NOS ESTADOS UNIDOS
- CAMPANHA DE VALORIZAÇÃO DO SALÁRIO MÍNIMO